



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.ufff.edu.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019

Processo n.º 23205.000435/2019-71

Torna-se público para conhecimento dos interessados, que a **UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**, por meio da Superintendência de Compras e Licitações - SUCL, sediada na Av. Fernando Machado nº 108 E, Bairro Centro, CEP: 89.812-000, Chapecó/SC, realizará Licitação, na modalidade **PREGÃO**, na sua forma **PRESENCIAL** – *tipo menor preço*, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, do Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, do Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem como objeto a **Concessão administrativa de uso, a título não-oneroso, de espaço físico para instalação de PESSOA JURÍDICA com vistas a exploração comercial da atividade de REPROGRAFIA no Campus Realeza da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, sob o critério de seleção da proposta mais vantajosa, o menor preço ofertado por Cópia e Impressão em preto e branco por item.**

2. DO LOCAL, DA DATA E DO HORÁRIO DA SESSÃO

2.1. Às **14h00min** do dia **26 de março de 2019**, na Sala 308, Bloco A do Campus Realeza, localizado na Avenida Edmundo Gaievski, nº 1000, Acesso pela PR 182, Km 466, Realeza-PR, realizar-se-á o credenciamento das licitantes. Às **14h00min**, da mesma data, ou quando da finalização do credenciamento, será aberta a sessão pública do pregão, e não será mais admitida a participação de novas licitantes.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão:

3.1.1. Empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto deste Edital, credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e com habilitação jurídica, regularidade



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.ufff.edu.br

fiscal federal, regularidade fiscal estadual/municipal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira válidas, ou as não credenciadas no referido sistema, desde que apresentem todos os documentos relacionados neste Edital, no prazo estabelecido neste ato convocatório, por meio do **envelope nº 02 – DOCUMENTAÇÃO**.

3.2. Não poderão participar desta Licitação:

- 3.2.1.** Empresas suspensas ou impedidas de contratar com a Administração Pública, proibidas de licitar ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou declaradas impedidas de licitar e contratar com a União, na forma da legislação vigente;
- 3.2.2.** Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, consórcios de empresas e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 3.2.3.** Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.2.4.** Quaisquer interessados que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

4. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

4.1. As licitantes que desejarem se manifestar durante as fases do procedimento licitatório **deverão** estar devidamente representadas por:

- 4.1.1.** Titular da empresa licitante, devendo apresentar cédula de identidade, acompanhada do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social em vigor no caso de sociedades comerciais e estatuto, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 4.1.2.** Quando se tratar de representante designado pela licitante, este deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, com poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, acompanhado do registro comercial, no caso de empresa individual; estatuto ou contrato social em vigor no caso de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

4.2. Serão admitidos os representantes credenciados como tais no SICAF;

4.3. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de 1 (uma) empresa licitante.

4.4. O registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração Pública.

5. DA APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE DE PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE Nº 1) E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

5.1. Não serão aceitos documentos de habilitação e proposta remetidos por meio de fac-símile ou de correio eletrônico, admitindo-se o envio de tais documentos por correio, desde que dentro de envelopes lacrados, não-transparentes e recebidos até a data e horários estabelecidos neste ato convocatório para abertura da sessão, no seguinte endereço: **Coordenação Administrativa Campus Realeza, Bloco A, Sala 308**, Avenida Edmundo Gaievski, nº 1000, Acesso pela Rodovia PR 182, Km 466, Realeza-PR, CEP: 85.770-000.

5.1.1. Não serão aceitos envelopes com conteúdos invertidos (proposta no envelope de documentos de habilitação e vice-versa), os quais serão automaticamente excluídos da presente licitação.

5.2. Observadas as regras acima, os envelopes deverão estar devidamente rubricados **no seu fecho**, contendo ainda em sua parte externa os seguintes dizeres:

<p>ENVELOPE Nº 01</p> <p>PROPOSTA DE PREÇO</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019</p> <p><i>(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)</i></p> <p><i>(C.N.P.J DO PROPONENTE)</i></p>
--



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.ufff.edu.br

ENVELOPE Nº 02

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019

(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)

(CNPJ DO PROPONENTE)

5.3. A licitante deverá entregar declaração com ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes deste pregão presencial, **separadamente** dos envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação, conforme o modelo ofertado no “**Anexo VI**” deste Edital.

5.4. A licitante deverá entregar, no momento da abertura da sessão pública e **separadamente** dos envelopes contendo a proposta de preço e os documentos de habilitação, a declaração de elaboração independente da proposta a que se refere à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 16 de setembro de 2009, conforme modelo ofertado no “**Anexo III**” deste edital.

5.5. A apresentação de declaração falsa sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

5.6. DO ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.6.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, para que possa usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a licitante deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos legais para a sua qualificação como tal, também apresentada **separadamente** dos envelopes contendo a proposta de preço e os documentos de habilitação, conforme o modelo ofertado no “**Anexo V**” deste Edital.

6. DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE Nº 1)

6.1. A proposta de preço deverá ser apresentada por escrito, datilografada ou digitada, em uma via, contendo a identificação da empresa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, em língua portuguesa, com numeração e rubrica em suas folhas, com data e assinatura de quem tenha poderes para essa finalidade, contendo ainda:

6.1.1. Menção à modalidade e ao número da licitação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.ufff.edu.br

6.1.2. Razão social da empresa licitante, número da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, endereço completo, número de telefone e endereço de correio eletrônico;

6.1.3. Preço total do objeto, em algarismos e por extenso, conforme modelo de proposta ofertado no “**Encarte A**” do “Anexo I” deste Edital.

6.2. No valor proposto estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação do serviço.

6.3. O prazo de validade da proposta será de 120 (Cento e vinte) dias, contados da data prevista para sua apresentação.

6.4. Não serão admitidas proposições que sugiram cancelamentos, retificações de preços, acréscimos ou alterações nas condições estipuladas neste Edital.

6.5. Prevalecerá o valor por extenso da proposta quando houver divergência entre o valor mencionado e o apresentado em algarismos.

6.6. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

6.7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A PROPOSTA

6.7.1. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas.

6.7.2. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela comissão de licitação.

6.7.3. As propostas serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.7.4. Depois da hora marcada para o recebimento dos envelopes contendo os documentos de HABILITAÇÃO e PROPOSTA, nenhum outro documento será recebido pela comissão de licitação.

7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1. Aberta a sessão serão entregues os envelopes contendo as propostas de preços (**Envelope nº 01**) e a documentação (**Envelope n.º 02**). Após, será realizada a abertura dos envelopes contendo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.ufff.edu.br

as propostas de preços, sendo feita a sua conferência com os requisitos estabelecidos neste Edital e posterior rubrica do pregoeiro em todas as folhas e demais documentos que a integram.

7.2. Serão **desclassificadas** e não participarão da etapa de lances, as propostas que estiverem com valor **total superior** ao preço estabelecido pela Administração, conforme valor estimativo constante no **“Anexo I” - Termo de Referência** deste Edital.

7.2.1. Serão igualmente **desclassificadas** e também não participarão da etapa de lances, as propostas que apresentarem preço total ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, assim como **preço(s) unitário(s) superior(es) ao(s) estimado(s) pela Administração**, conforme valor estimativo constante no **“Anexo I” - Termo de Referência**, ou ainda as que se demonstrarem incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

7.3. O pregoeiro classificará a proposta de menor preço e as que tenham valores superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço apresentado.

7.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

7.5. Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, os quais deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, a partir do maior preço classificado.

7.6. O pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

7.7. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.8. Caso não se realizem lances verbais, será aceita a proposta escrita de menor preço desde que a mesma esteja dentro do valor máximo admitido para as cópias e impressões em preto e branco, fixado no **“Anexo I” - Termo de Referência**.

7.9. O julgamento das propostas utilizará o critério do menor preço unitário.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

7.10. Se a oferta não for aceitável (inexequível) ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

7.10.1. Para efeito de aceitabilidade da menor proposta ou menor lance, considera-se manifestamente inexequível, aquele que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos decorrentes das cópias e impressões em preto e branco.

7.10.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

7.10.3. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o objeto, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente, não sendo possível a sua imediata desclassificação, é facultada a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

7.11. No caso de desclassificação de todas as propostas, o pregoeiro convocará as licitantes para, no prazo de 8 (oito) dias úteis, apresentarem novas propostas, escoimadas das causas de sua desclassificação.

7.12. O pregoeiro anunciará a licitante vencedora após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e posterior decisão acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.13. No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará, obrigatoriamente, por meio da aplicação do procedimento previsto no § 2º do art. 45 da Lei nº 8.666, de 1993, salvo na ocorrência do empate ficto previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, hipótese em que será observada a regra de desempate disciplinada nos subitens abaixo.

7.13.1. É assegurada, como critério de desempate, preferência de concessão para as microempresas e empresas de pequeno porte.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.ufff.edu.br

7.13.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.13.3. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

7.13.3.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

7.13.3.2. Não ocorrendo a concessão para microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do **item 10.13.2**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.13.3.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no **subitem 10.13.2**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.13.4. Na hipótese da não-concessão nos termos previstos no **subitem 10.13.3**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.13.5. O disposto no **subitem 10.13.2** e seguintes somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.13.6. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.14. A indicação e classificação da(s) proposta(s) ou lance(s) vencedor(es) e demais informações relativas à sessão pública deste pregão constarão da respectiva ata, sem prejuízo das demais formas de publicidade, previstas na legislação.

7.15. A licitante vencedora encaminhará no prazo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de não ter o objeto adjudicado em seu favor, a proposta de preço, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

8. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.ufff.edu.br

8.1. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de habilitação da licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no Edital.

8.2. A habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante o SICAF no cadastro dos módulos de habilitação jurídica, de regularidade fiscal federal, de regularidade fiscal estadual e municipal e de qualificação econômico-financeira, e com a comprovação de que atende às exigências do Edital quanto aos requisitos de habilitação exigidos nos demais itens deste Edital.

8.2.1. A comprovação da habilitação jurídica, da regularidade fiscal federal, da regularidade fiscal estadual e municipal e da qualificação econômico-financeira por meio de registro no SICAF das empresas que possuam cadastro nos referidos módulos será realizada por meio de consulta on-line.

8.3. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

8.4. DOCUMENTOS EXIGIDOS DE TODAS AS LICITANTES:

8.4.1. Declaração de que a empresa licitante não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 27, inc. V, da Lei nº 8.666, de 1993, conforme modelo ofertado no “Anexo II” deste Edital.

8.5. DOCUMENTOS EXIGIDOS DAS LICITANTES NÃO CREDENCIADAS NO SICAF OU DAS LICITANTES CREDENCIADAS QUE NÃO POSSUAM CADASTRO NOS MÓDULOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA E DE REGULARIDADE FISCAL FEDERAL:

8.5.1. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.5.1.1. Registro comercial no Registro Público de empresas mercantis a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, em se tratando de empresa individual;

8.5.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.ufff.edu.br

8.5.1.2.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.5.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.5.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização, para funcionamento, expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.5.1.5. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

8.5.1.6. Declaração de inexistência de fato impeditivo à habilitação, assinada por quem de direito, devendo o subscritor estar devidamente identificado e a declaração estar redigida conforme os parâmetros explicitados no **"Anexo IV"** deste Edital;

8.5.2. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

8.5.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

8.5.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional;

8.5.2.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

8.5.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

8.5.2.5. Prova de regularidade relativa as obrigações trabalhistas – CNDT.

8.6. DOCUMENTOS EXIGIDOS DAS LICITANTES CREDENCIADAS NO SICAF, CADASTRADAS NOS MÓDULOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA E DE REGULARIDADE FISCAL FEDERAL, MAS QUE NÃO POSSUAM CADASTRO NOS MÓDULOS DE REGULARIDADE FISCAL ESTADUAL E MUNICIPAL E DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.6.1. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL ESTADUAL/MUNICIPAL

8.6.1.1. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.6.1.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

8.6.1.3. Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.6.1.4. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.6.2. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.6.2.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. As demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial e DRE) do último exercício social, relativamente à data da apresentação da proposta, deverão estar devidamente datados e assinados pelo representante legal da empresa e por profissional de contabilidade legalmente habilitado, em cópias autenticadas, extraídas exatamente das folhas do Livro Diário (devidamente registrado no órgão competente), acompanhado de cópias dos termos de abertura e de encerramento do respectivo Livro, podendo ser substituídos por cópias autenticadas da sua publicação na imprensa oficial ou em jornais de grande circulação. A empresa constituída há menos de um ano poderá apresentar o último balancete junto a prova da constituição.

8.6.2.2. A boa situação financeira da licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta das empresas cadastradas no SICAF:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$
$$\text{Ativo Total}$$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffrs.edu.br

SG = -----

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Circulante

LC = -----

Passivo Circulante

8.6.2.3. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na sua omissão, expedida há menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação.

8.6.2.4. Serão habilitadas as licitantes que apresentarem no SICAF a documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal federal, regularidade fiscal estadual/municipal e qualificação econômico-financeira vencida em algum(ns) ou todos os itens, mas que apresentarem na reunião os documentos de habilitação atualizados, por meio do **Envelope nº 02**.

8.6.3. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

8.6.3.1. Declaração, conforme modelo ofertado no “**ENCARTE B**” do “Anexo I” deste Edital, de que a empresa licitante, por intermédio de representante, vistoriou o local objeto da concessão, e de que tomou conhecimento de todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação ou que a empresa licitante não vistoriou mas conhece e tem ciência de todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

8.6.4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

8.6.4.1. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório ou por servidor da Administração Pública, ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial.

8.6.4.2. A licitante não cadastrada no SICAF deverá apresentar dentro do **Envelope nº 02**, todos os documentos relativos à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, além dos documentos complementares de habilitação.

8.6.4.3. A licitante cadastrada no SICAF poderá apresentar, dentro do **Envelope nº 02** somente os documentos não contemplados no SICAF relativos a documentos complementares à habilitação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.ufff.edu.br

8.6.4.4. Serão habilitadas as licitantes que apresentarem no SICAF a documentação obrigatória e parcial vencida em algum(ns) ou todos os itens, mas que apresentarem na reunião os documentos de habilitação atualizados, por meio do **Envelope nº 02**.

8.6.4.5. A regularidade do cadastramento e da habilitação parcial da licitante que optar por comprovar seus requisitos de habilitação pelo SICAF será verificada por meio de consulta direta ao referido sistema, quando da abertura do **Envelope nº 02**.

8.6.4.6. Procedida a consulta, declarações demonstrativas da situação de cada licitante serão impressas as quais deverão ser assinadas pelos membros da comissão de licitação e por todos os representantes das licitantes presentes, e posteriormente juntadas aos autos do processo licitatório.

8.6.4.7. Não serão aceitos documentos de habilitação apresentados por quaisquer outros meios que não os expressamente nos subitens anteriores.

8.6.4.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos exigidos neste Edital e seus anexos.

8.6.4.9. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida, inclusive quanto à comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.6.4.10. Não será permitida a participação de mais de uma empresa com o mesmo sócio sob pena de desclassificação e punição imediata da licitante.

9. DOS ESCLARECIMENTOS, DAS PROVIDÊNCIAS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

9.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este ato convocatório, devendo encaminhar as razões por escrito, ao Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, com indicação do número do Pregão, das 08h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital.

9.1.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital perante a Administração a licitante que não o fizer no prazo indicado no **item 11.1** deste Edital.

9.2. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.ufff.edu.br

9.3. Acolhida a petição contra este ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

9.4. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarada(s) a(s) vencedora(s), qualquer licitante poderá manifestar imediata e **motivadamente** a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2. A falta de manifestação **imediate e motivada** da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro à(s) licitante(s) vencedor(as).

10.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço citado no preâmbulo do Edital, no horário das 08h00min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

10.5. As razões e contrarrazões do recurso deverão ser manifestadas por escrito, encaminhadas em nome do Pregoeiro, com indicação do número do pregão, no horário das 08h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

10.6. Julgado o recurso, a comissão de licitação dará ciência da decisão às licitantes e da data para a abertura dos envelopes contendo as PROPOSTAS.

10.7. Serão devolvidos às licitantes inabilitadas os envelopes lacrados com as respectivas PROPOSTAS, caso o recurso referente a esta fase não tenha sido interposto, ou, quando interposto, após sua denegação.

10.8. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes observará o disposto no art. 109, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11. DO CONTRATO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

11.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será firmado termo de contrato com a licitante vencedora, com vigência de **12 (doze)** meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, nas hipóteses previstas no parágrafo II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993, podendo chegar ao limite legal de 60 (sessenta) meses.

11.2. O termo de contrato será encaminhado, mediante aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, à licitante vencedora, para que seja assinado no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do seu recebimento, sob pena de decair do direito à concessão, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não devolvê-lo devidamente assinado no prazo de 3 (três) dias úteis, após seu recebimento, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o referido instrumento.

11.2.1. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso, e desde que aceito por este órgão público.

11.2.2. A recusa injustificada da licitante classificada em primeiro lugar para assinar o contrato, no prazo estabelecido neste edital, após devidamente convocada, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, o que implicará a aplicação das sanções previstas no Edital.

11.3. As obrigações decorrentes da presente licitação constarão de termo de contrato a ser firmado com a adjudicatária, tendo por base este Edital, seus anexos e a proposta apresentada, atendidas as normas vigentes.

11.4. A CONCESSIONÁRIA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. As alterações contratuais serão processadas mediante termo aditivo, devidamente justificadas e autorizadas pela CONCEDENTE.

12. DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos incisos I a XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, ensejará a rescisão do contrato, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o prévio contraditório e a ampla defesa.

12.3. A rescisão do contrato poderá ser:

13.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incs. I a XII, e XVII e XVIII;

12.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

12.3.3. Judicial, nos termos da legislação.

12.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos incs. XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, sem que haja culpa da CONCESSIONÁRIA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

12.5.1. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

12.5.2. Pagamento do custo da desmobilização.

12.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução para ressarcimento da CONCEDENTE, dos valores das multas e indenizações a ela devidos, até o limite dos prejuízos causados à CONCEDENTE, além das sanções previstas neste Edital.

12.7. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONCESSIONÁRIA o direito à prévia e ampla defesa.

12.8. A CONCESSIONÁRIA reconhece os direitos da CONCEDENTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.9. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

13. DA PRESTAÇÃO DO OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS DE FUNCIONAMENTO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

13.1. As condições de prestação do Objeto estão dispostas no **“Item 5”** do **“Anexo I”** deste Edital.

13.2. As condições especiais de Funcionamento estão dispostas no **“Item 8”** do **“Anexo I”** deste Edital.

14. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. As condições de Fiscalização estão dispostas no **“Item 13”** do **“Anexo I”** deste Edital.

15. DO PAGAMENTO

15.1. As condições de pagamento estão dispostas no **“Item 6”** do **“Anexo I”** deste Edital..

16. DO REAJUSTE

16.1. As condições de reajuste da Cópias e Impressões estão determinadas no Termo de Contrato, resultante desta Licitação.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE E DA CONCESSIONÁRIA

17.1. As obrigações da CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA são as estabelecidas no **“Anexo I”** deste Edital.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. As sanções administrativas estão dispostas no **“Item 14”** do **“Anexo I”** deste Edital.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Obriga-se a licitante a declarar, sob as penalidades legais, a inexistência de superveniência de fato impeditivo à habilitação, conforme o modelo ofertado no **“Anexo IV”** deste Edital.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

19.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste subitem em dia de expediente no órgão.

19.4. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffrs.edu.br

despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à concessão.

19.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da concessão.

19.7. O não-fornecimento da documentação requerida no Edital e seus anexos, relativa à habilitação ou à proposta, será de responsabilidade da licitante, podendo resultar na sua inabilitação ou desclassificação.

19.8. As licitantes arcarão com todos os custos associados com a elaboração e a apresentação de sua proposta e o órgão licitador, em nenhum caso, será responsável ou sujeito a esses custos, independentemente do resultado do processo licitatório.

19.9. A participação na licitação importa em total e irrestrita aceitação das condições do Edital e seus anexos.

19.10. A inabilitação da licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

19.11. A concessão do espaço público destinado a exploração dos serviços de reprografia pela empresa vencedora desta Licitação ocorrerá conforme estabelecido no Edital e seus anexos.

19.12. Os casos omissos serão resolvidos pela comissão especial de Licitação, observando-se rigorosamente o contido na Lei nº 8.666, de 1993.

19.13. É facultada à comissão de licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

19.14. A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

19.15. O foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem dos procedimentos licitatórios, será o da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Chapecó/SC.

19.16. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.uffs.edu.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço constante no **item 2.1.** deste Edital, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13h30min às 17h30min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

19.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus anexos, inclusive para examinar e adquirir o Termo de Referência poderão ser obtidas no endereço constante do preâmbulo deste Edital ou pelo endereço de correio eletrônico licitacoesuffs@gmail.com.

19.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência.

Anexo II - Modelo de Declaração que não Emprega Menor (Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002).

Anexo III - Modelo de Declaração de Elaboração Independente da Proposta.

Anexo IV - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente.

Anexo V - Declaração de ME/EPP.

Anexo VI – Modelo de Declaração de Ciência das Condições do Edital.

Anexo VII - Minuta de Termo de Contrato.

Chapecó/SC, 26 de Fevereiro de 2019.

BERTIL LEVI HAMMARSTROM

Pregoeiro